



Relatório da Administração

Em atenção às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de nossos acionistas, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Sociedade, e as respectivas notas explicativas, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e da recomendação do Comitê de Auditoria.

Nossos resultados consolidados incluem os resultados da Companhia Providência Indústria e Comércio e de suas controladas abaixo relacionadas:

- Isolfilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., situada em Pouso Alegre (MG), e adquirida em 16 de agosto de 2007; e,
- Providência USA Inc., situada em Statesville (NC), EUA, e constituída em 8 de agosto de 2008.

As informações financeiras apresentadas neste relatório foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis internacionais conforme o *International Financial Reporting Standards (IFRS)* e com as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aplicáveis às suas operações.

Os destaques de 2013 foram:

- Atingimos o volume vendido de 118,9 mil toneladas no ano, um aumento de 20,5% em relação ao ano anterior, em virtude da entrada em operação em junho de 2012 de nossa segunda planta em Pouso Alegre (MG) e em março de 2013 da segunda linha de produção em Statesville (Carolina do Norte, Estados Unidos da América);
- Em 2013, nossa receita líquida totalizou R\$ 782,0 milhões, 28,5% superior à receita líquida em 2012, de R\$ 608,6 milhões, devido ao aumento do volume de vendas;
- Em novembro, a Companhia pagou dividendos antecipados, no montante de R\$ 17,9 milhões, correspondentes a 100% do lucro líquido ajustado do primeiro semestre de 2013;
- A inauguração, em março, da segunda linha de produção em Statesville (Carolina do Norte - Estados Unidos da América), que adicionou 20 mil toneladas de capacidade anual à Companhia, totalizando 147 mil toneladas de capacidade nominal em 2013.

PERFIL DA COMPANHIA

A Companhia Providência é líder na fabricação e comercialização de náotecidos na América Latina, com fábricas no Brasil, e tem forte atuação na América do Norte, com produção nos Estados Unidos da América.

A produção no mercado brasileiro atende aos segmentos de náotecidos para artigos duráveis, descartáveis higiênicos e descartáveis médicos de alta performance, sendo esses produtos também exportados para países das Américas, Europa, África e Ásia.

A Companhia possui nove linhas de produção em São José dos Pinhais (PR), onde também é centralizada a Administração; duas linhas de produção em Pouso Alegre (MG); e duas linhas de produção em Statesville, na Carolina do Norte, EUA.

DESEMPENHO DO EXERCÍCIO

A receita bruta da Companhia atingiu R\$ 880,8 milhões em 2013, um acréscimo de 27,9% sobre as R\$ 688,7 milhões do exercício anterior, principalmente em função do aumento de 20,5% no volume de vendas no mesmo período, além do realinhamento de preços.

Os custos com produtos vendidos (CPV) totalizaram R\$ 578,6 milhões, 36,8% acima dos R\$ 423,1 milhões de 2012. Esta alta está ligada, principalmente, ao maior volume de vendas em 2013, uma vez que, quando calculamos o CPV unitário, observamos que houve incremento de apenas 13,5% em relação ao ano de 2012.

O lucro bruto alcançou R\$ 203,4 milhões em 2013, 9,6% superior a 2012.

As despesas com vendas aumentaram 19,4%, totalizando R\$ 41,3 milhões em 2013, principalmente devido ao crescimento do volume de vendas pela planta dos EUA e ao consequente atendimento de mercados mais próximos pelas plantas no Brasil. As despesas administrativas tiveram crescimento de 25,6%, devido aos gastos com a entrada em produção da nova máquina nos EUA e aos reajustes salariais aos colaboradores nas datas-bases e também aos gastos não recorrentes, referentes a planejamento tributário registrados nos períodos comparativos.

As despesas financeiras líquidas somaram R\$ 39,4 milhões em 2013, 92,7% a mais que no ano anterior, devido principalmente à desvalorização do Real que impactou nossos ativos e passivos em dólar.

Encerramos o exercício de 2013 com um EBITDA ajustado de R\$ 132,6 milhões, 4,4% superior ao ano anterior.

O lucro líquido da Companhia totalizou R\$ 26,9 milhões, redução de 40,3% na comparação com os R\$ 45,1 milhões apresentados em 2012.

CAIXA E DÍVIDA

Ao final de 2013, o endividamento total da Companhia era de R\$ 83,7 milhões em exigível de curto prazo e de R\$ 507,2 milhões em exigível de longo prazo, composto principalmente por financiamentos às plantas dos EUA e em Pouso Alegre (MG). A empresa possui R\$ 88,9 milhões em caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros com liquidez, representados substancialmente por títulos de renda fixa com liquidez imediata, atrelados à variação do CDI, representando uma dívida líquida de R\$ 502,0 milhões, o que reflete um aumento de R\$ 50,4 milhões em relação ao final de 2012, quando apresentávamos uma dívida líquida de R\$ 451,6 milhões. Este aumento se deve principalmente à variação cambial ocorrida no período.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Providência se desvalorizaram 11,8% ao longo de 2013, e encerraram o exercício cotadas a R\$ 7,89/ação, enquanto o índice Bovespa no mesmo período se desvalorizou mais, 15,5%. O volume financeiro negociado se reduziu em 12,4% em relação ao ano de 2012.

Como ferramentas de comunicação com investidores, acionistas e mercado como um todo, a Companhia Providência utiliza seu site de RI, além de assessoria de imprensa especializada para auxiliar no atendimento ao mercado financeiro e de capitais, e ainda seu perfil no Twitter de RI - Relação com Investidores. A ferramenta tem o objetivo de atualizar os investidores sobre as últimas novidades da Companhia, tais como os resultados financeiros, eventos, novos produtos e ações de governança corporativa. Para acompanhar a Providência/RI no Twitter, basta procurar por www.twitter.com/providencia_rj.

INSTRUÇÃO CVM Nº 381

Em atendimento ao Ofício/CVM/SEP/GEA-2/Nº 305/05 e à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003 (ratificada pelo Ofício Circular/CVM/SEP/SNC/Nº 02/2005 de 20 de março de 2005) informamos ao mercado que não tivemos serviços contratados pela Companhia e realizados pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Auditor") durante o exercício de 2013, exceto os serviços de auditoria.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Novo Mercado, conforme cláusula compromissória no artigo 38 do seu estatuto social.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer aos nossos clientes pela confiança depositada na Companhia Providência e em seus produtos; aos nossos acionistas por acreditarem no potencial de crescimento e estratégia da Companhia; aos nossos fornecedores e aos nossos colaboradores pelo seu comprometimento e excelência, indispensáveis ao nosso sucesso. É no seu compromisso com a ética, com o trabalho e com a manutenção de elevados padrões de qualidade e eficiência que está alicerçado o sucesso (passado, presente e futuro) da nossa Companhia.

A Administração

Balço Patrimonial levantado em 31 de Dezembro de 2013

Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	50.693	76.006	64.250	84.145
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	24.674	10.708	24.674	10.708
Contas a receber (Nota 8)	123.201	106.361	177.822	144.059
Estoques (Nota 9)	35.934	31.763	64.119	52.329
Tributos a recuperar (Nota 10)	36.102	33.457	44.988	43.181
Partes relacionadas (Nota 27)	6.078	17.604		
Outros direitos realizáveis	7.676	6.735	11.647	12.451
	284.358	282.634	387.500	346.873
Não circulante				
Contas a receber (Nota 8)	1.213	1.859	2.987	4.196
Tributos a recuperar (Nota 10)	6.813	19.855	7.587	20.628
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	33.586	44.302	37.279	48.529
Depósitos judiciais (Nota 18)	105	22	372	56
Depósitos e empréstimos compulsórios	31	30	31	30
Outros direitos realizáveis	127	127	127	127
Investimentos (Nota 12)	135.073	129.649		
Intangível (Nota 13)	6.984	8.478	41.130	42.683
Imobilizado (Nota 14)	409.221	417.507	867.852	837.048
	593.153	621.829	957.365	953.297
Total do ativo	877.511	904.463	1.344.865	1.300.170

Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Circulante				
Fornecedores (Nota 15)	33.597	21.586	59.975	43.390
Empréstimos (Nota 16)	24.921	76.440	83.694	112.361
Encargos sociais e provisões trabalhistas	5.097	7.229	6.730	8.814
Impostos, taxas e contribuições a recolher (Nota 17)	1.304	1.882	4.762	4.460
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 18)	80	225	250	427
Dividendos a pagar	27	9	27	9
Outras contas a pagar	600	2.076	1.290	2.776
	65.626	109.447	156.728	172.237
Não circulante				
Empréstimos (Nota 16)	138.586	96.728	507.236	423.346
Impostos, taxas e contribuições a recolher (Nota 17)	154	218	154	218
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)			14.385	13.817
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 18)	755	565	812	575
Provisão para passivo a descoberto (Nota 12)	6.840	7.528		
	146.335	105.039	522.587	437.956
Total do passivo	211.961	214.486	679.315	610.193
Patrimônio líquido				
Capital social (Nota 20 (a))	409.003	409.003	409.003	409.003
Reservas de capital (Nota 20(c))	12.425	11.878	12.425	11.878
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 20(h))	146.539	157.862	146.539	157.862
Reservas de lucros (Nota 20(e))	97.683	112.047	97.683	112.047
Ações em tesouraria (Nota 20 (d))	(100)	(813)	(100)	(813)
	665.550	689.977	665.550	689.977
Total do passivo e patrimônio líquido	877.511	904.463	1.344.865	1.300.170

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operações continuadas	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Operações continuadas				
Receita (Nota 21)	477.639	441.108	782.002	608.634
Custo das vendas	(346.343)	(304.597)	(578.579)	(423.055)
Lucro bruto	131.296	136.511	203.423	185.579
Despesas com vendas (Nota 22)	(30.261)	(30.119)	(41.309)	(34.596)
Despesas administrativas (Nota 22)	(53.647)	(45.143)	(77.909)	(62.034)
Outras (despesas) receitas (Nota 22)	(3.177)	89	(3.308)	79
	(87.085)	(75.173)	(122.526)	(96.551)
Lucro operacional	44.211	61.338	80.897	89.028
Receitas financeiras (Nota 23)	14.990	17.672	6.028	15.375
Despesas financeiras (Nota 23)	(28.755)	(24.950)	(45.393)	(35.808)
Despesas financeiras, líquidas	(13.765)	(7.278)	(39.365)	(20.433)
Participação nos lucros de controladas (Nota 12)	7.190	9.579		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	37.636	63.639	41.532	68.595
Imposto de renda e contribuição social (Nota 24)	(10.716)	(18.568)	(14.612)	(23.524)
Lucro do período das operações continuadas	26.920	45.071	26.920	45.071
Lucro líquido do período	26.920	45.071	26.920	45.071
Lucro líquido por ação (básico e diluído)				
De operações continuadas (Nota 20 (g))	0,34	0,56	0,34	0,56

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

Em milhares de reais

Recargas	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Recargas				
Vendas brutas de produtos	547.814	503.795	869.515	683.106
Outras receitas	(3.177)	91	(3.308)	82
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	388	(650)	(117)	(958)
	545.025	503.236	866.090	682.230
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos	(410.967)	(364.844)	(652.964)	(486.880)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.042)	(3.829)	(4.857)	(5.237)
	(421.009)	(368.673)	(657.821)	(492.117)
Valor adicionado bruto	124.016	134.563	208.269	190.113
Depreciação e amortização	(27.988)	(27.163)	(45.083)	(35.818)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	96.028	107.400	163.186	154.295
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	5.424	9.415		
Provisão para passivo a descoberto	1.766	164		
Receitas financeiras	14.990	17.672	6.028	15.375
	22.180	27.251	6.028	15.375
Valor adicionado total a distribuir	118.208	134.651	169.214	169.670
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	45.757	43.520	65.934	57.108
Salários e encargos	27.268	21.869	42.711	32.242
Honorários de diretoria	5.657	7.514	5.657	7.514
Benefícios	6.174	6.464	8.815	8.149
Encargos trabalhistas e previdenciários	6.658	7.673	8.751	9.203
Impostos, taxas e contribuições	16.483	21.096	27.410	30.073
Impostos federais	16.087	20.666	21.858	26.402
Impostos estaduais	386	395	4.519	3.300
Impostos municipais	10	35	1.033	371
Remuneração de capitais de terceiros	29.048	24.964	48.950	37.418
Juros e variações cambiais	28.017	24.130	46.593	35.536
Aluguéis	1.031	834	2.357	1.882
Remuneração de capitais próprios	26.920	45.071	26.920	45.071
Dividendos e juros sobre o capital próprio	17.946	42.817	17.946	42.817
Lucros retidos	8.974	2.254	8.974	2.254
Valor adicionado distribuído	118.208	134.651	169.214	169.670

(*) A demonstração de valor adicionado consolidada não é parte das informações trimestrais consolidadas conforme IFRS.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

Em milhares de reais

Lucro líquido do período	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro líquido do período	26.920	45.071	26.920	45.071
Outros componentes do resultado abrangente				
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	(1.078)	(490)	(1.078)	(490)
Total do resultado abrangente do período	25.842	44.581	25.842	44.581

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

Em milhares de reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	26.920	45.071	26.920	45.071
Ajustes:				
Depreciação do imobilizado	24.091	23.599	40.816	31.912
Amortização do intangível	3.897	3.564	4.267	3.906



Continuação

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

Em milhares de reais

	Reservas de capital				Reservas de lucros				Atribuível aos acionistas da controladora				
	Capital Social	Custos de emissão	Reserva de ágio	Opção de ações	Total	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva para Investimentos	Total	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2011	422.269	(13.266)	10.703	361	11.064	7.486	25.430	68.518	101.434				689.285
Lucro líquido do período											45.071		45.071
Variação cambial de investidas no exterior (Nota 12)												(490)	(490)
Total do resultado abrangente do período											45.071	(490)	44.581
Realização do custo atribuído (Nota 14)											15.523	(15.523)	
(-) Impostos s/ realização do custo atribuído (Nota 20)											(5.278)	5.278	
Outros ajustes de convergência													
Total da realização do custo atribuído											10.245	(10.245)	
Contribuições/distribuições aos acionistas:													
Pagamento baseado em ações (Nota 20)				814	814								
Destinação do lucro líquido do exercício:													
Dividendos intermediários pagos (Nota 20)											(19.273)		(19.273)
Dividendos pagos (Nota 20)							(25.430)		(25.430)				(25.430)
Reserva legal						2.254			2.254		(2.254)		
Reserva para dividendos adicionais propostos							33.789		33.789		(33.789)		
Total de contribuições/distribuições aos acionistas				814	814	2.254	33.789		10.613		(55.316)		(43.889)
Em 31 de dezembro de 2012	422.269	(13.266)	10.703	1.175	11.878	9.740	33.789	68.518	112.047				689.977
Lucro líquido do período											26.920		26.920
Variação cambial de investidas no exterior (Nota 12)												(1.078)	(1.078)
Total do resultado abrangente do período											26.920	(1.078)	25.842
Realização do custo atribuído (Nota 14)											15.523	(15.523)	
(-) Impostos s/ realização do custo atribuído (Nota 20)											(5.278)	5.278	
Outros ajustes de convergência													
Total da realização do custo atribuído											10.245	(10.245)	
Contribuições/distribuições aos acionistas:													
Ações em tesouraria										713			713
Pagamento baseado em ações (Nota 20(c))			162	385	547						206		753
Destinação do lucro líquido do exercício:													
Dividendos intermediários pagos (Nota 20)											(17.946)		(17.946)
Dividendos pagos (Nota 20)													(33.789)
Reserva legal						1.346	(33.789)		(33.789)		(1.346)		(1.346)
Transferência entre Reservas											(18.079)		(18.079)
Total de contribuições/distribuições aos acionistas			162	385	547	1.346	(33.789)		18.079		(37.165)		(50.269)
Em 31 de dezembro de 2013	422.269	(13.266)	10.865	1.560	12.425	11.086		86.597	97.683	(100)		146.539	665.550

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Informações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Providência Indústria e Comércio (a "Companhia"), com sede em São José dos Pinhais, Estado do Paraná e suas controladas tem por objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles tecido nátecedo ("nonwoven"), resultantes da transformação de polipropileno da marca KAMI. A Companhia possui duas subsidiárias, uma em Pouso Alegre, Minas Gerais e outra em Statesville, Carolina do Norte, nos Estados Unidos. Com o objetivo de ampliar sua capacidade produtiva, em 2012 a Companhia inaugurou duas novas máquinas. A primeira inaugurada no segundo trimestre em Pouso Alegre/MG e a segunda, em Statesville, cuja produção iniciou-se no último trimestre de 2012. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 25 de fevereiro de 2013.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas consistentemente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, vigentes para 31 de dezembro de 2013.

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas considerando-se o custo histórico como base de valor e ajustadas com o objetivo de refletir os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do período, bem como o "custo atribuído" de terrenos, de edificações e de máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/CPCs. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da mesma e de suas controladas. As áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidos pelo *International Accounting Standards Board*). Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas com as demonstrações financeiras consolidadas.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC/IFRS com vigência a partir de 2013 que, eventualmente, pudessem causar um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.3. Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar políticas financeiras e operacionais, cuja participação é de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados ao se avaliar quando a Companhia controla outra entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e, quando aplicável esta consolidação, é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre as empresas, saldos, ganhos e prejuízos não realizados são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No caso da Companhia e suas controladas, as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.4. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e de suas controladas é a Diretoria Executiva. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que o único produto comercializado pela Companhia e suas controladas é o nátecedo, que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicações de recursos são feitas em bases consolidadas, a Administração concluiu que a Companhia e suas controladas têm somente um segmento passível de apresentação.

2.5. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas consolidadas são mensurados e usa-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas na moeda R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do consolidado.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do período como receita ou despesa financeira.

(c) Empresas consolidadas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da controlada localizada nos Estados Unidos utilizam moeda funcional diferente da moeda de apresentação, portanto são convertidos na moeda de apresentação, conforme segue:

- (i) Os saldos dos ativos e passivos apresentados em cada balanço patrimonial são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- (ii) As receitas e despesas apresentadas na demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias, considera-se que essas médias representam razoável proximidade do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações; e
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos a curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante de caixa conhecido.

2.7. Ativos financeiros

2.7.1. Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são derivativos contratados para a manutenção em carteira até o vencimento, designados como "hedge" (um instrumento de proteção). Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como ativos e passivos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos e compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes.

2.7.2. Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" no período em que ocorrem.

2.7.3. Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado.

A Companhia e suas controladas avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros encontra-se deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda" e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia e suas controladas, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - * mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - * condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Caso o valor da perda por *impairment* em um período subsequente diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são remensurados ao seu valor justo com as suas devidas variações lançadas contra resultado. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

Os valores justos dos instrumentos derivativos estão divulgados na Nota 7.

2.8. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (*impairment*) estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor presente é calculado com base em taxas praticadas no mercado (CDI-Certificado de Depósito Interbancário), a qual em 31 de dezembro de 2013 correspondia, em média, a 9,77% a.a. (6,90% a.a. em 31 de dezembro de 2012).

2.9. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e custos gerais de produção relacionados (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.10. Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é apurado na aquisição ou na subscrição de capital em outra sociedade, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor da equivalência patrimonial, calculada a partir do percentual de aquisição ou subscrição sobre o valor do patrimônio líquido da sociedade investida (vide maiores informações na Nota 1 (a)). Segundo a deliberação CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Ativos Intangíveis, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia deixou de amortizar contabilmente os ágios decorrentes dos investimentos adquiridos. Tendo em vista que os referidos ágios continuam sendo amortizados para fins tributários, constituiu-se os correspondentes efeitos tributários diferes sobre a parcela de amortização excluída fiscalmente.

O ágio é testado *anualmente* para verificar perdas (*impairment*).

(b) Softwares

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os custos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e suas controladas e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 13.

2.11. Imobilizado

Terrenos, edifícios e construções, máquinas e equipamentos, instalações industriais, móveis e utensílios, compreendem principalmente fábricas e escritórios e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, somados ao custo atribuído em 1º de janeiro de 2009. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado, os quais são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada usando-se o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis estão demonstradas na Nota 14.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável caso o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o valor contábil e reconhecidos em "outros ganhos/perdas", líquidos" na demonstração do resultado.

2.12. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar uma eventual necessidade de redução do valor recuperável (*impairment*). O imobilizado e outros ativos não financeiros são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando esse for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.13. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa efetiva de juros. Na prática, as contas a pagar aos fornecedores são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15.



Notas Explicativas da Administração às Informações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos seus respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (impairment) estimada do ágio

Anualmente, a Companhia e suas controladas testam eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 13).

A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis são baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o seu valor recuperável.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

A Companhia e suas controladas revisam regularmente os impostos diferidos ativos quanto a sua possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é avaliado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado bem como a seleção de métodos de avaliação requerem um julgamento considerável e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas na Nota 7 não indicam necessariamente os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

(d) Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 18. Desta forma, são constituídas provisões para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, jurisdições disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia e suas controladas acreditam que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(e) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo estadual do Paraná e sua controlada Isolfilme possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo estadual de Minas Gerais. O Supremo Tribunal Federal - STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possa incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF. A Companhia consultou seus assessores jurídicos, os quais emitiram parecer sobre o tema, a partir do qual a Companhia entende não haver passivo a ser registrado.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia (juntamente com as controladas) possui um Comitê de Gestão de Riscos, aprovado pelo Conselho de Administração, que funciona para o seu assessoramento e é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle que estabelecem limites de exposição cambial e de juros bem como definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras. As posições de todos os instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos são apresentadas e avaliadas mensalmente pelo Comitê de Gestão de Riscos e submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Companhia.

Dentre os procedimentos definidos pela política vigente, a Companhia possui rotinas mensais que permitem projetar e avaliar a exposição cambial, já que possui operações e dívida com o mercado externo e está exposta a esses riscos.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de câmbio e taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a mudanças adversas nas taxas de juros e taxas de câmbio. O endividamento está indexado em 9% com base na moeda local e a taxas variáveis e fixas, sendo que os 91% restantes estão indexados à LIBOR - (London Interbank Offered Rate) e SIFMA - (Securities Industry and Financial Markets Association). Parte significativa das receitas (30%) advém das vendas em mercados externos ao Brasil e está igualmente exposta a variações na taxa de câmbio. Parte do endividamento está indexada ao CDI, portanto sujeita a taxas de juros variáveis. O resultado financeiro é parcialmente afetado pelas mudanças na taxa básica de juros da economia (SELIC).

Os instrumentos financeiros estão registrados aos valores de custo amortizado, os quais se aproximam dos valores justos.

A tabela a seguir demonstra a exposição cambial da Companhia.

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	R\$ mil	USD mil	R\$ mil	USD mil
Ativo:				
Contas a receber	85.958	36.693	74.514	36.464
Passivo:				
Fornecedores	(2.989)	(1.276)	(5.594)	(2.737)
Empréstimos e financiamentos	(540.393)	(230.681)	(485.153)	(237.413)
Posições passivas	(543.382)	(231.957)	(490.747)	(240.150)
Total exposto	(457.424)	(195.264)	(416.233)	(203.686)

A Companhia possui investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior é protegida, principalmente, através de empréstimos na mesma moeda desses investimentos.

Sensibilidade à taxa de câmbio - Apresentamos no quadro a seguir os impactos de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável da taxa do dólar para cada instrumento financeiro exposto:

	Risco	Cenário provável			
		(-) 50 %	(-) 25 %	(+) 25 %	(+) 50 %
Taxas	Dólar	1,2250	1,8375	2,4500	3,0625
Contas a receber	Dólar	(41.009)	(18.535)	3.940	26.414
Empréstimos e financiamentos	Dólar	257.809	116.517	(24.775)	(166.068)
Fornecedores	Dólar	1.426	644	(137)	(919)
Ganho (perda)		218.226	98.626	(20.972)	(140.573)

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações financeiras, conforme requerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial em 31 de dezembro de 2013, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Sensibilidade à taxa de juros - Apresenta-se no quadro a seguir os impactos dos juros no resultado de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável dos indexadores (CDI/LIBOR6) no período de 12 meses:

	Risco	Cenário provável			
		(-) 50 %	(-) 25 %	(+) 25 %	(+) 50 %
Taxas do indexador	CDI/Selic	5,25	7,88	10,5	13,13
Taxas do indexador	LIBOR6	0,17	0,26	0,35	0,44
Aplicações financeiras	CDI/Selic	2.857	4.338	5.855	7.408
Empréstimos e financiamentos	LIBOR6	(9.355)	(9.680)	(9.991)	(10.293)
Perda		(6.498)	(5.342)	(4.136)	(2.885)

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações financeiras, conforme requerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial das aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2013, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

(ii) Operações com derivativos

A Companhia e suas controladas possuem operações no mercado externo e estão expostas a riscos de mercado provenientes de mudanças nas cotações das moedas estrangeiras e das taxas de juros. A exposição ao risco decorrente de futuros pagamentos em moeda local dos passivos atrelados ao câmbio é protegida, em grande parte, pela carteira de contas a receber de clientes no mercado externo, oriundas das vendas operacionais destinadas à exportação ou realizadas pela Providência INC.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas têm como política operar com instrumentos financeiros derivativos atrelados a moedas estrangeiras, basicamente o dólar americano, os quais têm a finalidade de hedge (proteção contra possíveis oscilações nas taxas de juros e câmbio), seguindo as orientações estipuladas na Política de Gestão de Riscos de Mercado aprovada pelo Conselho de Administração e operacionalizada pelo Comitê de Gestão de Riscos.

A Política de Gestão de Riscos de Mercado objetiva basicamente a proteção mínima de 75% do fluxo de caixa de curto prazo, por períodos determinados que variem de 9 a 12 meses, orientando para a realização de operações tradicionais de mercado, como por exemplo, NDFs, opções e mercado futuro de dólar via BM&F entre outros, estipulando limites por tipo de operação e contraparte.

De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração da Companhia, uma situação considerada possível de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco:

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade

Operação	Risco	Cenário provável			
		(-) 50 %	(-) 25 %	(+) 25 %	(+) 50 %
Swap US\$ x CDI	Varição do CDI	(19.243)	(5.981)	7.590	21.453
Termo de moeda (NDF)	Varição do US\$	(12.318)	(5.232)	1.847	8.940
Ganho (perda)		(31.561)	(11.213)	9.437	30.393

Para determinação dos valores no quadro de análise de sensibilidade, considerou-se a curva do dólar e de cotações futuras publicadas pela BM&F. Com base nessas taxas aplicaram-se os percentuais de deterioração de acordo com cada cenário, projetados os fluxos até o vencimento das operações e descontados até a data de encerramento do balanço.

Esta análise foi considerada apenas para efeito de atendimento da legislação em vigor, uma vez que a Companhia opera com derivativos apenas para a proteção e eliminação dos efeitos de flutuação das moedas e juros contratados, não possuindo caráter especulativo.

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial e no valor notional dos instrumentos derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2013, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de riscos prováveis da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía contratos de derivativos exóticos em aberto, nem possuía em outros períodos.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada à Política de Crédito instituída na Companhia e ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas, limites individuais de posição e garantias exigidas são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda no valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Contas a receber: O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia para este fim. Os limites de créditos são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os valores classificados no Grupo 1 referem-se a clientes sem inadimplência no passado. Os valores classificados no Grupo 2 referem-se a clientes com alguma inadimplência no passado, ou seja, aqueles que em algum momento figuraram dentro dos critérios de constituição de provisão para devedores duvidosos.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Contas a receber de clientes (líquido de PDD)				
Grupo 1	122.311	106.755	175.662	144.308
Grupo 2	2.103	1.465	5.147	3.947
	124.414	108.220	180.809	148.255

Caixa e equivalentes de caixa: O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria de acordo com a política estabelecida.

Conta corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
brAAA	36.678	53.568	43.742	56.536
brAA		7.380		7.380
brA+	6.436	8.022	6.436	8.022
brA	7.579	7.036	7.579	7.036
AA			6.493	5.171
	50.693	76.006	64.250	84.145

Fonte: Standard & Poor's e Fitch Ratings

(c) Risco de liquidez

A previsão de Fluxo de Caixa é realizada nas entidades operacionais do consolidado e consolidada pelo departamento de Finanças. O gerenciamento de risco de liquidez da Companhia e suas controladas de forma consolidada é de responsabilidade de seus executivos, que monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que elas tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos do consolidado (Companhia e suas controladas) e os ativos e passivos financeiros derivativos a liquidar pela Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise caso seus vencimentos contratuais sejam essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora				
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2013					
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	50.693				50.693
Instrumentos financeiros derivativos	24.674				24.674
Contas a receber de clientes	46.415	59.821	16.965	1.213	124.414
Partes relacionadas			6.078		6.078
Depósitos judiciais				105	105
	121.782	59.821	23.043	1.318	205.964
Passivo					
Fornecedores	(29.561)	(4.036)			(33.597)
Empréstimos e financiamentos					
- Pré-fixadas		(14.851)	(16.584)	(154.009)	(185.444)
	(29.561)	(18.887)	(16.584)	(154.009)	(219.041)
	92.221	40.934	6.459	(152.691)	(13.077)

	Consolidado				
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2013					
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	64.250				64.250
Instrumentos financeiros derivativos	24.674				24.674
Contas a receber de clientes	70.023	88.430	19.369	2.987	180.809
Depósitos judiciais				372	372
	158.947	88.430	19.369	3.359	270.105
Passivo					
Fornecedores	(50.886)	(9.089)			(59.975)
Empréstimos e financiamentos					
- Pós-fixadas	(1.192)	(14.783)	(37.369)	(294.403)	(451.829)
- Pré-fixadas	(5)	(14.861)	(16.632)	(154.264)	(21.844)
	(52.083)	(38.733)	(54.001)	(448.667)	(719.410)
	106.864	49.697	(34.632)	(445.308)	(449.305)

Os instrumentos derivativos são administrados com base no valor justo líquido. Os instrumentos derivativos pelo valor líquido compreendem os contratos de swap de taxa de juros, Non Deliverable Forward e Opções de compra de dólar utilizados pela Companhia e suas controladas para administrar o perfil da taxa de juros do consolidado.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas, garantia às demais partes interessadas e para manter uma adequada estrutura de capital. A administração do capital é monitorada, entre outros indicadores, por meio do índice de dívida/capitalização, cuja meta é manter uma razão menor ou igual a 0,65. Em 31 de dezembro de 2013, essa relação apresentou o resultado de 0,47 (0,44 em 31 de dezembro de 2012), demonstrando que a estrutura de capital da Companhia está sendo mantida dentro dos limites estabelecidos. O quadro a seguir demonstra o cálculo do índice dívida/capitalização:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Dívida total	590.930	535.707
Patrimônio líquido	665.550	689.977
Capitalização	1.256.480	1.225.684
Dívida total / capitalização	0,47	0,44

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado e disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares conforme demonstrado na Nota 16.

Conforme determina o CPC40/IFRS 7, a Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo-se a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

- Nível 1** - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (item não é aplicado à Companhia em 31 de dezembro de 2013);
- Nível 2** - informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e;
- Nível 3** - técnicas que usam dados com efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado (item não é aplicado à Companhia em 31 de dezembro de 2013).

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	50.693	76.006	64.250	84.145
Valor justo através do resultado	50.693	76.006	64.250	84.145

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Ativos financeiros derivativos				
Instrumentos derivativos	24.674	10.708	24.674	10.708
	24.674	10.708	24.674	10.708
Total do ativo circulante	75.367	86.714	88.924	94.853

Não houve transferência de ativos ou passivos entre níveis de hierarquia de valor justo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Caixa e equivalentes de caixa				
Bancos e aplicações financeiras	50.693	76.006	64.250	84.145
	50.693	76.006	64.250	84.145

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31



Continuação

Notas Explicativas da Administração às Informações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
A vencer	120.136	102.038	174.109	139.239
Vencidos até 60 dias	2.518	3.871	4.996	6.960
Vencidos entre 61 e 90 dias	531	133	630	181
Vencidos há mais de 90 dias	3.919	5.256	6.292	6.977
Total	127.104	111.298	186.027	153.357
Provisão para devedores duvidosos	(2.690)	(3.078)	(5.218)	(5.102)
Total	124.414	108.220	180.809	148.255

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Saldo anterior	(3.078)	(2.428)	(5.102)	(4.144)
Provisão para devedores duvidosos	(442)	(979)	(946)	(1.506)
Valores não usados, estornados	830	329	830	548
Saldo final	(2.690)	(3.078)	(5.218)	(5.102)

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do período como "Despesas comerciais". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. A exposição máxima ao risco de crédito no relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

9. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Matérias-primas	6.060	4.922	15.760	8.616
Matérias-primas auxiliares	7.359	8.685	10.470	10.209
Produtos em elaboração	208	395	1.116	1.958
Produtos acabados	10.956	10.808	20.903	20.534
Material de almoxarifado	11.351	6.943	15.870	10.900
Mercadorias em trânsito	-	10	-	112
Total	35.934	31.763	64.119	52.329

A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Ativo circulante	Realizável a longo prazo	Ativo circulante	Realizável a longo prazo
Controladora				
Impostos/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	10.936	475	12.388	3.005
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	1.677	-	669	-
Contribuição para Fins da Seguridade Social - COFINS	16.757	4.637	7.033	14.795
Programa de Integração Social - PIS	3.682	1.008	1.552	1.374
Antecipações de IR e CS	1.456	86	6.303	82
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.614	607	5.512	599
Total	36.102	6.813	33.457	19.855
Controladas				
Impostos/Circulação de Mercadorias e Serviços -ICMS	-	117	-	117
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	4.564	-	2.686	-
Contribuição para Fins da Seguridade Social - COFINS	2.915	180	5.169	180
Programa de Integração Social - PIS	683	41	1.172	41
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	724	436	697	435
Total	8.886	774	9.724	773
Consolidado	44.988	7.587	43.181	20.628

Os créditos de ICMS de curto prazo são decorrentes das compras de matérias primas destinadas a produção para atender o mercado externo. A Companhia tem como procedimento abrir processos de homologação/habilitação junto ao Estado do Paraná, para posteriormente negociá-los (venda) e/ou utilizá-los como parte de pagamento da fatura de energia elétrica. Os créditos de ICMS de longo prazo são decorrentes da compra de bens para o ativo imobilizado que tem a sua realização em 48 meses, conforme regulamento vigente.

Os créditos de PIS/COFINS nas controladas referem-se aos tributos pagos no processo de importação da nova máquina da controlada Isofilme, cujo aproveitamento é feito em conta gráfica.

Em 31 de dezembro de 2013 encerrou o prazo para reconhecimento do REINTEGRA (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras), estabelecido pelo Decreto 7.633/2011 cujo prazo foi estendido pela MP 601/2012. Durante o ano de 2013, a Companhia e suas Controladas registraram R\$ 6.410 (R\$ 5.679 em 2012) relativos a créditos instituídos pela medida provisória, dos quais partes será creditado em 2014 via pedido de ressarcimento e o saldo remanescente será compensando em outros tributos federais.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS ATIVOS

A Companhia adotou o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei 11.941/09, por meio do qual as apurações do Imposto sobre a Renda (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09, foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. A Companhia assinou a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) em 30 de junho de 2011.

Os saldos acumulados de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são como segue:

	Controladora	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
IR e CS Ativo		
Imposto de Renda e Contribuição Social (IR e CS)		
Prejuízos fiscais acumulados	233.715	200.661
Alíquota de IR e CS	34%	34%
Crédito de IR e CS diferido sobre prejuízos fiscais	79.463	68.224
Crédito de IR e CS diferido sobre ágio na incorporação reversa	56.750	75.666
Total de imposto de renda e contribuição social diferido ativo	136.213	143.890
IR e CS Passivo		
Imposto de renda		
Custo atribuído ao ativo imobilizado	(221.844)	(237.212)
Diferenças temporárias*	(80.374)	(56.073)
	(302.218)	(293.285)
Alíquota de IR	25%	25%
Débito de IR diferido sobre custo atribuído e diferenças temporárias	(75.555)	(73.320)
Contribuição social		
Custo atribuído ao ativo imobilizado	(221.844)	(237.212)
Diferenças temporárias*	(78.951)	(54.650)
	(300.795)	(291.862)
Alíquota de CS	9%	9%
Débito de CS diferido sobre custo atribuído e diferenças temporárias	(27.072)	(26.268)
Total de imposto de renda e contribuição social diferido passivo	(102.627)	(99.588)
Total de imposto de renda e contribuição social diferido líquido	33.586	44.302

*O saldo das diferenças temporárias é composto basicamente por: depreciação devido à revisão das vidas úteis do ativo imobilizado (lei 11.638, art.1º, § 7º), provisão para devedores duvidosos, provisão para participações nos resultados e variações cambiais por regime de competência.

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
IR Ativo - Controlada		
Imposto de Renda Providencia USA Inc.		
Prejuízo fiscal acumulado	6.948	9.590
Imposto Federal (alíquota de 32%)	2.223	3.069
Imposto Estadual - Carolina do Norte (alíquota de 7%)	486	671
Ganho cambial em conversão de moeda estrangeira	984	487
Total de imposto de renda diferido ativo	3.693	4.227
Consolidado	37.279	48.529

Composição por ano de realização do imposto de renda e contribuição social diferido ativo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Até dezembro de 2014	19.077	15.079	22.770	19.306
De janeiro de 2015 até dezembro de 2015	21.215	22.858	21.215	22.858
De janeiro de 2016 até dezembro de 2016	23.169	24.221	23.169	24.221
De janeiro de 2017 até dezembro de 2017	9.421	25.834	9.421	25.834
De janeiro de 2018 até dezembro de 2023	63.331	55.898	63.331	55.898
Total	136.213	143.890	139.906	148.117

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo, decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente e leva-se em consideração a realização provável desses tributos com base em projeções de resultados futuros, fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações e que foram aprovados pelo Conselho de Administração.

Em fevereiro de 2007 a Companhia incorporou a Anilnan S.A., empresa "veículo" utilizada na aquisição da Companhia Providência Indústria e Comércio, a qual possuía em seus registros ágio decorrente dessa aquisição. Visando preservar o fluxo de dividendos dos acionistas controladores e minoritários, de acordo com as instruções CVM nº 319/99 e 349/2001, quando da abertura de capital, em julho de 2007, a Companhia registrou provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido. O ágio e a provisão foram amortizados linearmente à taxa de 10% a.a. até 31 de dezembro de 2008.

Em função das mudanças introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela Lei 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009, os valores do ágio gerado na incorporação e da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido deixaram de ser amortizados de forma sistemática. Sendo assim, o valor correspondente ao benefício fiscal de IR e CS diferidos sobre sua futura amortização fiscal foi classificado como IR e CS diferido ativo.

12. INVESTIMENTOS

(a) Investimentos em controladas

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia detém 96.246.205 do total de 96.246.206 quotas do capital social da Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., empresa que tem como objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles o náotecido ("nonwoven"), resultantes da transformação de polipropileno.

Em 8 de agosto de 2008 foi constituída a controlada direta Providencia USA Inc., domiciliada em Statesville, estado da Carolina do Norte, nos Estados Unidos da América, cujo objeto social é a produção e comercialização de náotecido ("nonwoven"). Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia detém a totalidade das ações do capital social compreendido por 1.000 ações.

Nome	País	Patrimônio líquido na investida	Resultado do período	Participação %	Participação em	
					31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Isofilme Ltda.	Brasil	135.073	5.424	99,99	135.073	129.649
Providencia USA Inc.	EUA	(6.840)	1.766	100,00	-	-
		7.190			135.073	129.649

Segue abaixo as principais informações financeiras das controladas diretas:

31 de dezembro de 2013	Ativo		Passivo		Receita		Lucro	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Isofilme Ltda.	259.068	(123.995)	148.054	5.424	148.054	5.424	148.054	5.424
Providencia USA Inc.	350.355	(357.195)	158.095	1.766	158.095	1.766	158.095	1.766
				7.190			7.190	7.190

(b) Controlada com passivo a descoberto
Com relação à controlada, que apresenta passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo), foi constituída a respectiva provisão conforme apresentada no passivo não circulante no balanço patrimonial da controladora sob a rubrica "Provisão para passivo a descoberto" e computada da seguinte forma:

31 de dezembro de 2013	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Providencia USA Inc.	(6.840)	(7.528)	(6.840)	(7.528)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou receita de equivalência patrimonial para a controlada Providencia USA Inc. no montante de R\$ 1.766 no resultado (R\$ 164 em 2012) e registrou perda decorrente de variação cambial sobre investimento no exterior de R\$ 1.078 (perda de R\$ 490 em 2012), na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido (vide Nota "d" a seguir).

(c) Movimentação dos investimentos

Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.	Controladora		31 de dezembro de 2013
	31 de dezembro de 2012	Equivalência patrimonial	
	129.649	5.424	135.073

(d) Movimentação do investimento com passivo a descoberto

	Controladora		31 de dezembro de 2013
	31 de dezembro de 2012	Equivalência patrimonial	
Providencia USA Inc.	(7.528)	1.766	(5.762)

Os ajustes resultantes do processo de conversão das demonstrações financeiras da Providencia USA Inc., originalmente preparados em moeda estrangeira (Dólar Norte-Americano) e convertidos para o Real, foram registrados como ajuste acumulado de conversão na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido.

13. INTANGÍVEL

(a) Composição

Em 31 de dezembro de 2012	Controladora		Consolidado	
	Softwares	Softwares	Ágio	Total
Custo corrigido	21.448	23.510	39.759	63.269
Amortização acumulada	(14.464)	(15.513)	(6.626)	(22.139)
Em 31 de dezembro de 2013	6.984	7.997	33.133	41.130

(b) Movimentação do ativo intangível

Em 31 de dezembro de 2011	Controladora		Consolidado	
	Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente	Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente	Ágio	Total
Adições	1.825	1.825	1.825	1.825
Amortizações	(3.564)	(3.906)	(3.906)	(3.906)
Variação cambial	-	132	132	132
Em 31 de dezembro de 2012	8.478	9.550	33.133	42.683
Adições	2.403	2.403	2.403	2.403
Amortizações	(3.897)	(4.267)	(4.267)	(4.267)
Variação cambial	-	150	150	150
Transferência	-	161	161	161
Em 31 de dezembro de 2013	6.984	7.997	33.133	41.130

Em janeiro de 2008, a Controladora direta Providência Participações Ltda. foi incorporada pela sua controlada (incorporação reversa) Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. ("Isofilme"). O ágio que a Providência Participações Ltda. possuía em seus registros, decorrente da aquisição da Isofilme, vinha sendo amortizado linearmente à taxa de 20% a.a., com base na expectativa de rentabilidade futura, suportada em relatório de avaliação econômica elaborado por empresa especializada que utilizou taxa de desconto real de 9,6% a.a. A partir de 1º de janeiro de 2009, o referido ágio deixou de ser amortizado contabilmente de forma sistemática ao resultado, estando somente sujeito à análise do valor de recuperação nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Ainda em decorrência da incorporação reversa, o ágio está registrado em conta específica no ativo intangível da Isofilme e não está sujeito à provisão para a integridade do patrimônio líquido prevista na Instrução CVM nº 349, devido às razões abaixo expostas:

- Não houve interposição de empresa veiculo, sendo incorporada pela controlada a investidora original e os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio continuam válidos;
- Não houve qualquer evento que represente em aumento patrimonial sem substância econômica nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

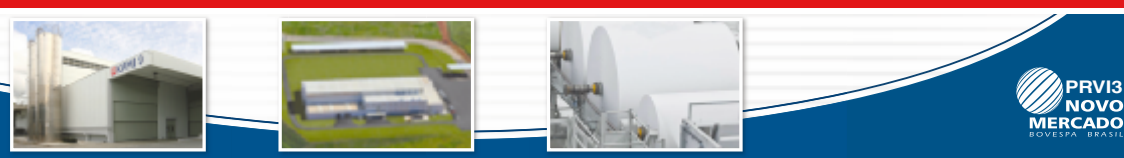
Tendo em vista a Isofilme ter optado pelo Regime Tributário de Transição introduzido pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, o ágio descrito acima continuou a ser amortizado fiscalmente para fins de apuração da provisão para imposto de renda e contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, sendo que os ajustes de amortização estão sendo controlados em livros auxiliares, tendo os reflexos de imposto de renda e contribuição social diferidos sido refletidos no resultado. Este ágio que estava sendo amortizado fiscalmente, teve sua última parcela amortizada em fevereiro de 2013.

O ágio no montante de R\$ 33.133 está fundamentado em expectativa de resultado futuro e é anualmente submetido ao teste de redução ao valor recuperável (*impairment*). Em 31 de dezembro de 2013, o teste não revelou a necessidade de ajustes ao valor do ágio. As premissas adotadas para a projeção dos fluxos de caixa futuros foram baseadas na análise da sua performance dos últimos anos, na análise e expectativa de crescimento do seu mercado de atuação, além das expectativas e estratégias da Administração. Os valores projetados foram apresentados em termos reais, isto é, não consideram efeitos inflacionários futuros, e os fluxos de caixa operacionais foram projetados para o período de 1º de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2013, não foram identificados indicadores de *Impairment* para o referido ágio.

Para o cálculo do valor residual, foi considerado o valor presente da perpetuidade do fluxo de caixa do último ano projetado. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados foi de 9,77% a.a., correspondente à taxa do CDI de dezembro de 2013 - Fonte: Boletim Focus do Banco Central do Brasil.

14. IMOBILIZADO

Custo do Imobilizado (Valor Bruto)	Controladora						
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos	Instalações industriais	Imobilizações em andamento	Outras imobilizações	Total
Em 31 de dezembro de 2011	12.520	94.281	635.017	6.834	770	7.768	757



Continuação

Notas Explicativas da Administração às Informações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Em 26 de dezembro de 2011, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú uma operação de US\$ 52,4 milhões, com 2 anos de carência e vencimentos semestrais até 26 de setembro de 2018. A taxa de juros contratada é de 4,85% a.a. Para proteger essa operação frente às oscilações do dólar, foi contratada uma operação de swap no mesmo montante, de ponta ativa em US\$ + 4,85% a.a. e ponta passiva de CDI + 1,70% a.a.

Modalidade	Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos	Consolidado		
				31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	
Financiamento máquina	(e) LIBOR + 0,85% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2016 Principal: semestrais até 2016	1 9.482	1 11.769	
	(f) LIBOR + 1,25% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2023 Principal: semestrais até 2023	826 84.698	580 73.121	
	Financiamento planta USA	(g) LIBOR + 4,00%	Dólar	Juros: semestrais até 2013 Principal: semestral até 2013	166 10.218	60 17.530
		(h) LIBOR + 2,45%	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: semestral até 2015	66 2.376	60 3.832
		(i) LIBOR + 3,91%	Dólar	Juros: semestrais até 2016 Principal: semestral até 2016	116 13.177	143 16.093
		(k) LIBOR + 2,50%	Dólar	Juros: semestrais até 2016 Principal: 03/04/2016	32 11.713	99 10.217
		(l) SIFMA	Dólar	Juros: mensais até 2030 Principal: 2030	571 20.176	4 18.225
		(m) LIBOR + 1,50%	Dólar	Juros: semestrais até 2020 Principal: semestral até 2020	439 85.847	489 86.333
		(n) LIBOR + 1,20%	Dólar	Juros: semestrais até 2022 Principal: semestral até 2022	3 79.628	500 61.828
		(o) LIBOR + 2,85%	Dólar	Juros: semestrais até 2017 Principal: 29/06/2017	666 46.381	636 40.277
		(p) LIBOR + 3,05%	Dólar	Juros: semestrais até 2014 Principal: 21/08/2014	201 11.712	141 10.217
(q) LIBOR + 3,05%		Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: 30/01/2015	301 15.227	61 6.103	
(r) LIBOR + 2,10%	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: 28/01/2015	61 6.103	58 7.028		
(s) LIBOR + 2,95%	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: 07/04/2015	58 7.028	49 12.884		
(t) LIBOR + 2,60%	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: 18/06/2015	49 12.884	11 4.685		
(u) LIBOR + 2,10%	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: 01/07/2015	11 4.685	21 12.884		
(v) LIBOR + 2,75%	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: 02/12/2015	21 12.884	362.539 590.930		
Total controladas			427.423	362.539		
Total consolidado			590.930	535.707		
Parcela no circulante (consolidado)			83.694	112.361		
Parcela no passivo não circulante (consolidado)			507.236	423.346		
			590.930	535.707		

e) O montante de R\$ 9.483 refere-se ao contrato de financiamento entre a Isofilme e o banco alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (kfw), firmado em 27 de julho de 2005, destinado à compra de máquina para a produção de tecido não-tecido ("nonwoven"), com taxa de juros equivalente à variação LIBOR + 0,85% a.a., com pagamento de principal e juros semestrais até 2016.

f) O montante de R\$ 85.524 refere-se às parcelas liberadas, do total de US\$ 36,5 milhões, contratados pela Isofilme junto ao Banco HSBC garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG. Tais recursos foram destinados ao financiamento da máquina instalada em Pouso Alegre, Minas Gerais. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,25% a.a., com pagamento de principal e juros semestrais.

g) O contrato de financiamento entre a Providencia USA Inc. e o Banco HSBC, firmado em 19 de setembro de 2008 e destinado ao financiamento da planta nos Estados Unidos, foi liquidado em 26 de agosto de 2013.

h) Em 16 de novembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2010, foram contratadas junto ao Banco HSBC, operações no total de US\$ 10,1 milhões para financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento dessas operações ocorrerá em 24 de abril de 2015 e 25 de novembro de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,45% a.a., em média. O contrato foi liquidado em 17 de dezembro de 2013.

i) Em 5 de março de 2012, foi contratada junto ao banco HSBC uma operação de US\$ 2,5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 26 de agosto de 2014, com pagamento de principal e juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,91% a.a.

j) Em 4 de março de 2011 e em 07 de julho de 2011, foram contratadas junto ao Banco Itaú, operações no total de US\$ 9 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento dessas operações é para 04 de março de 2016 e 10 de dezembro de 2016, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,08% a.a., em média.

k) Em 13 de abril de 2011, foi contratada junto ao Banco do Brasil, uma operação de US\$ 5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 03 de abril de 2016, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,5% a.a.

l) Em 12 de maio de 2010, houve a captação de US\$ 9,1 milhões para financiamento das edificações da planta nos Estados Unidos. A operação, denominada Recovery Zone Facility Bonds, consiste na emissão de títulos públicos americanos, do condado de *Iredell*, administrada por um agente (*Wells Fargo Bank*), e garantida pelo Banco HSBC, cuja remuneração é calculada semanalmente e paga mensalmente de acordo com a taxa SIFMA (*Securities Industry and Financial Markets Association*). A taxa SIFMA em 31 de dezembro de 2013 foi de 0,27% a.a.

m) O montante de R\$ 86.286 refere-se às parcelas liberadas, do total de US\$ 51,8 milhões, contratados em 12 de fevereiro de 2010 entre a Providencia USA Inc. e o Banco HSBC, garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG. Tais recursos foram destinados ao financiamento da máquina instalada nos Estados Unidos. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,5% a.a., com pagamento de principal e juros semestrais.

n) O montante de R\$ 79.631 refere-se à parcela liberada, do total de US\$ 37,5 milhões, contratados em 08 de agosto de 2011 entre a Providencia USA Inc. e o Banco HSBC, garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG. Tais recursos serão destinados ao financiamento da máquina instalada nos Estados Unidos e estão sendo liberados de acordo com os embarques da máquina e seus componentes. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,20% a.a., com pagamento de principal e juros semestrais.

o) Em 25 de julho de 2012, foi contratada junto ao Banco do Brasil, uma operação de US\$ 20 milhões para o financiamento da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 29 de dezembro de 2017, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,85% a.a.

p) Em 16 de agosto de 2012, foi contratada junto ao Banco Bradesco, uma operação de US\$ 5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 21 de agosto de 2014, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,05% a.a.

q) Em 30 de janeiro de 2013, foi contratada junto ao Banco Bradesco, uma operação de US\$ 6,5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 30 de janeiro de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,05% a.a.

r) Em 06 de fevereiro de 2013, foi contratada junto ao Banco do Brasil, uma operação de US\$ 2,6 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 28 de janeiro de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,10% a.a.

s) Em 07 de abril de 2013, foi contratada junto ao Banco Bradesco, uma operação de US\$ 3,0 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 07 de abril de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,95% a.a.

t) Em 18 de junho de 2013, foi contratada junto ao Banco Bradesco, uma operação de US\$ 5,5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 18 de junho de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,60% a.a.

u) Em 09 de julho de 2013, foi contratada junto ao Banco do Brasil, uma operação de US\$ 2,0 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 01 de julho de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,10% a.a.

v) Em 11 de dezembro de 2013, foi contratada junto ao Banco Santander, uma operação de US\$ 5,5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 02 de dezembro de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,75% a.a.

Composição por ano de vencimento da parcela no passivo não circulante:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
2014.....		19.453		73.152
2015.....	22.299	19.453	123.365	60.534
2016.....	72.300	121.703	61.676	
De 2017 até 2030.....	43.987	38.369	262.168	227.984
	138.586	96.728	507.236	423.346

Todas as captações destinadas ao financiamento da planta nos Estados Unidos são garantidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, os avais garantem o R\$ 332.416 de endividamento da Providencia USA Inc. Além disso, a Companhia possui junto ao Banco HSBC uma carta fiança internacional, visando garantir os US\$ 9,1 milhões relativos à captação do Recovery Zone Facility Bond.

As captações destinadas ao financiamento exclusivo das máquinas possuem penhor mercantil das próprias máquinas pelos saldos remanescentes do financiamento. Em 31 de dezembro de 2013, esse montante representa R\$ 260.924, dos quais R\$ 165.917 referem-se à máquina da planta nos Estados Unidos e R\$ 95.007 referem-se à máquina da Isofilme.

Os empréstimos nacionais não possuem garantias.

Abreviaturas:
 CDI - Certificado de Depósito Interbancário
 LIBOR - London Interbank Offered Rate (Taxa Interbancária de Londres)
 SIFMA - Securities Industry and Financial Markets Association (Associação dos Mercados Financeiros e Valores Mobiliários)
 Com o objetivo de financiar as obras e instalações e o capital de giro das novas plantas, a Companhia e suas controladas possuem linhas de crédito disponíveis no montante de US\$ 100 milhões junto a diversas instituições financeiras, cujas taxas variam de LIBOR + 3,00% até LIBOR + 4,94% a.a. Esses recursos serão disponibilizados na medida em que identificada a necessidade de suprimento do caixa das plantas que estão recebendo os investimentos.

Os valores contábeis dos empréstimos, financiamentos em comparação com os seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
	163.507	173.168	167.087	182.110
	163.507	173.168	167.087	182.110

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Controladora				
ICMS.....	227	154	292	218
PIS.....	10		121	
COFINS.....	22		542	
IRRF.....	316		350	
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta a recolher.....	317		202	
Demais obrigações tributárias	412		375	
	1.304	154	1.882	218
Controladas				
ICMS.....	192		180	
IRRF.....	243		228	
IRPJ e CSLL.....	523		614	
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta a recolher.....	137		113	
Imposto sobre propriedade Statesville.....	2.324		1.395	
Demais obrigações tributárias	39		48	
	3.458		2.578	
Consolidado	4.762	154	4.460	218

18. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos montantes efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, sendo que somente são provisionados os valores relativos aos processos com risco de perda provável.

O quadro a seguir apresenta a posição das provisões para perdas prováveis e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2013:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Trabalhista.....	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
	810	105	765	22
Cível.....	25		25	
			33	
Fiscal.....				
Total.....	835	105	790	22
Circulante.....	80	225	250	427
	755	105	565	22
Não circulante.....			812	372
			372	575

A movimentação das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	790	1.002
Adições.....	380	457
Baixas.....	(335)	(397)
Saldo em 31 de dezembro de 2013.....	835	1.062

(a) Processos de natureza trabalhista
 Em geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicional de insalubridade e/ou periculosidade, equiparação salarial, férias, dano moral decorrente de ações acidentárias, doença profissional, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, entre outros.

(b) Processos de natureza cível
 Em geral, os processos de natureza cível envolvem questões usuais e inerentes à nossa atividade empresarial e referem-se, sobretudo, a ações indenizatórias, cobranças de créditos, questões relativas à declaração de inexistência de título executivo e sustação de protesto.

(c) Processos de natureza fiscal
 Em 31 de dezembro de 2013, a controlada Isofilme figura como parte em um processo judicial referente ICMS sobre energia elétrica disponibilizada e não utilizada.

No dia 15 de abril de 2013 foi publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, o decreto nº 46.215 que regulamenta a dispensa do pagamento do ICMS sobre a energia que não é efetivamente usada.

(d) Ações possíveis não provisionadas
 A Companhia possui ações e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e fiscal, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração, de acordo com a avaliação apoiada por assessores legais, como possíveis, para os quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Trabalhistas.....	403	852	403	874
Cíveis.....	1.913	3.024	1.943	3.054
Fiscais.....	141.815		154.904	
	144.131	3.876	157.250	3.928

*Estas ações e processos administrativos incluem dois autos de infração relacionados à formação do resultado tributável da Companhia e da Isofilme dos anos de 2007 e 2008, lavrados em agosto e novembro de 2013, que estão sendo tempestivamente impugnados na esfera administrativa.

(e) Antigos controladores
 Em 31 de dezembro de 2013, os montantes relativos a processos de responsabilidade dos antigos controladores, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis e prováveis, somam R\$ 2.327 na Controladora e no Consolidado (R\$ 2.442 em 31 de dezembro de 2012).

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS PASSIVOS

O montante registrado a título de impostos diferidos passivos é reconhecido para fazer frente à realização das diferenças temporárias. A composição é feita da seguinte forma:

	Consolidado	
	2013	2012
Passivo		
Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS)		
Diferido sobre efeitos Lei 11.638 e Lei 11.941	39.609	37.785
Custo atribuído ao ativo imobilizado	2.699	2.853
	42.308	40.638
Alíquota de IR e CS.....	34%	34%
Total de imposto de renda e contribuição social diferido passivo líquido.....	14.385	13.817

Na controlada Isofilme, as diferenças temporárias que dão origem ao IR e CS diferido passivo referem-se, substancialmente, à amortização fiscal do ágio gerado na aquisição da controlada Isofilme.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social
 Em 31 de dezembro de 2013, o capital social de R\$ 409.003 está representado por 80.041.132 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas conforme quadro a seguir:

	2013	2012
Acionistas Controladores e ligados aos Controladores		
FIP Volluto.....	13.952.203	17,4%
Investidores Institucionais II - Fundo de Investimento em Participações	10.074.423	12,6%
FIP Bssf II.....	9.417.737	11,8%
FIP Brasil Equity II.....	6.278.492	7,8%
Banco Espírito Santo S.A.....	5.861.269	7,3%
Boreal Fundo de Investimentos em Participações.....	4.651.081	5,8%
Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco S.A.....	1.953.757	2,4%
Fundo de Investimentos em Partic. C.A.....	1.162.683	1,5%
Fip Gqpar (Gov. e Gestão Investimentos Ltda.).....	970.724	1,2%
Boreal Ações III Fia.....	2.690.700	3,4%
Total Acionistas Controladores e ligados aos Controladores.....	57.013.069	71,2%
Administradores		
Diretoria.....	52.009	0,1%
Conselho de Administração.....	4	0,0%
Conselho Fiscal.....	4.000	0,0%
Total Administradores.....	56.013	0,1%
Ações em circulação (<i>free float</i>)		
Sul América Invest. Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**.....	4.041.400	5,0%
Victoire Brasil Investimentos Administração de Recursos Ltda.***.....	4.380.000	5,5%
Outros.....	14.532.350	18,2%
Total Ações em circulação (<i>free float</i>).....	22.953.750	28,7%
Ações em tesouraria.....	18.300	0,0%
Total Ações em tesouraria.....	18.300	0,0%
Total Ações.....	80.041.132	100,0%

* Acionistas ligados ao Boreal Fundo de Investimentos em Participações
 ** Sul América FI em Ações, Sul América Dividendos FI em Ações e NBF Sulamérica Master Prev FIM, três fundos de investimentos administrados pela Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com representação igual ou superior a 5% do capital social da Companhia.
 *** Victoire Small Cap. Fund. SP, Victoire Small Cap. Ações FI., Victoire Dividendos FIA., Victoire Brazil Fund. LLC. e VBI Exclusivo

Ações Fundo de Investimento, (os cinco administrados pela Victoire Brasil Investimentos Administração de Recursos Ltda.), ultrapassou o percentual de 5% da totalidade das ações ordinárias emitidas pela Cia Providência Indústria e Comércio.

Conforme o Estatuto Social da Companhia, a mesma está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 4.050.000 (quatro milhões e cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária.

b) Opções de compra de ações
 De acordo com o Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração e conforme as Diretrizes para a Estruturação de Plano de Opção de Compra de Ações aprovadas em Assembleia Geral de 11 de maio de 2007 e 10 de setembro de 2010, a Companhia pode outorgar opção de compra ou subscrição de novas ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de executivos e empregados de alto nível da Companhia e de suas controladas.

As diretrizes para conceder opção de compra de ações são administradas pelo Conselho de Administração, que pode outorgar opção de compra de ações às pessoas indicadas. A opção de compra de ações a ser oferecida nos termos dessas Diretrizes representará, a qualquer momento, até 3% do total de ações de emissão da Companhia. Os termos e condições, inclusive o preço por ação, dos planos de opção de compra das ações são definidos pelo Conselho de Administração no momento da outorga ou concessão. Os acionistas, nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência no período da opção de compra de ações.

Atualmente estão vigentes dois planos de opção de compra de ações. Os planos possuem três períodos de carência para o exercício das opções: Após o decurso de 12 meses, o participante passa a ter o direito de adquirir 20% das ações objeto da opção; após o decurso de 24 meses, o participante passa a ter direito de adquirir mais 30% das ações objeto da opção; e, após o decurso de 36 meses o participante passa a ter direito de adquirir os outros 50% das ações objeto da opção. O prazo total de prescrição do plano é de 7 (sete) anos.

O reconhecimento nas demonstrações financeiras começa a ser feito a partir do mês em que os beneficiários assinam os contratos individuais. A condição para exercer o direito é a permanência na Companhia.

Até 31 de dezembro de 2013 foram exercidas 130.800 ações referente ao plano aprovado em 30 de maio de 2011. As ações entregues pela Companhia haviam sido adquiridas no período entre 26 de setembro de 2011 e 25 de setembro de 2012 e estavam consignadas na conta de ações em tesouraria. O efeito do exercício no montante de R\$ 162 das opções exercidas foi registrado na conta de Reserva de Capital. Também foram canceladas as opções correspondentes a 1.75.000 ações, devido a saída de pessoas que participavam dos planos.

O quadro a seguir demonstra os detalhes dos planos vigentes:

Data de aprovação	Quantidade de ações	Preço de exercício	Data de vencimento	Valor Justo	% do Capital Social
30/05/2011	829.000	6,10	30/05/2018	1.510	1,04%
25/05/2012	460.000	6,35	25/05/2019	711	0,58%

As premissas utilizadas para o cálculo, na data da outorga, foram as seguintes:

Data de aprovação	Quantidade de ações	Taxa de juros anual livre de risco	Prazo total em anos	Volatilidade anual esperada	Valor justo da opção na data da outorga
30/05/2011	829.000	12,15%	3	52,86%	1,82
25/05/201					

